

# **LGPD para Administração publica**

**Palestrante Gustavo  
Terra Elias**

**Mestre e Bacharel em Direito – UFMG -  
Mestre em**

**Corruption and Governance – University of  
Sussex – Inglaterra**

**Especialista em Controle Externo da  
Gestão Pública – PUCMinas**

**Servidor de carreira do Tribunal de Contas  
- Advogado**





Microsoft



Alphabet

amazon

SAMSUNG



Google

## Conselho de Contabilidade cancela exame para registro após ataque hacker

Renata Baptista  
De T&A, no Recife  
@renata\_baptista

Invasão de sistema

### Ataque de hacker suspende serviços digitais da Prefeitura de Vitória

De acordo com o município, estão indisponíveis serviços como aulas on-line, agendamento de consultas e emissão de notas. Equipe de TI trabalha para reestabelecer o sistema

Publicado em 09/11/2020 às 10h45



### Invasão ao STJ 'sequestra' processos e backups em um dos piores ciberataques já vistos

Cibercriminosos pedem resgate para liberar documentos importantes do tribunal, que foram bloqueados com criptografia

Renato Santino 05/11/2020 17h05



## Quais dados pessoais a Lei 13.709/18 (LGPD) protege?

- ❑ Art.5º da LGPD. **Dados pessoais:** qualquer informação que possa levar à identificação de uma pessoa natural.

A lei atribui um conceito aberto!

- ❑ **Dados pessoais sensíveis:** dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural
- ❑ **Dados de crianças e adolescentes:** deve haver publicidade de como estes dados são tratados. É necessário consentimento de um dos pais ou responsável legal, sempre que dados de crianças e adolescentes forem utilizados para fins não previstos em lei.

## Quem são os agente de tratamento de dados?

- ❑ **Controlador:** pessoa física ou jurídica responsável pela tomada de decisões com relação ao tratamento dos dados
- ❑ **Operador:** pessoa física ou jurídica que realiza o tratamento de dados em nome do controlador.

## O encarregado de proteção de dados ou data protection officer (DPO)

- ❑ Pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).
- ❑ Tem funções de **comunicação e orientação** com relação à aplicação da LGPD.
- ❑ Deve recair sobre pessoa com conhecimento sobre relacionamento institucional, que tenha treinamento sobre a LGPD, independência e acesso à alta administração



# O que quer a LGPD?

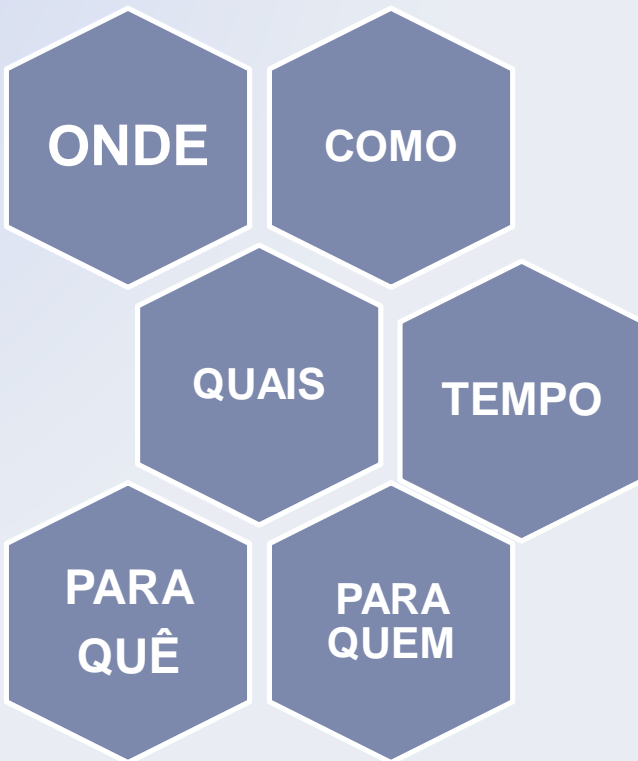


1. O rastreamento do fluxo de dados pessoais entre pessoas naturais e pessoas jurídicas privadas e públicas.
2. O controle dos dados pessoais pelo cidadãos que estão no território nacional, independentemente dos dados serem geridos por empresas localizada no Brasil ou no exterior (extraterritorialidade).

# O que quer a LGPD?



Dados Pessoais



- **Garantia da privacidade**
- **da autodeterminação informativa**
- **liberdade de expressão dos cidadãos**
- **transparência**



# Perguntas básicas antes de se decidir usar dados pessoais

- ☐ A finalidade que se quer alcançar com o uso do dado pessoal atende a um propósito legítimo, específico e explícito? ou seja, tem que informar ao titular do dado pessoal o que será feito com ele. **(princípio da finalidade)**
- ☐ O dado pessoal é adequado para a finalidade que pelo seu uso se quer alcançar? **(princípio da adequação)**
- ☐ O dado pessoal será usado na medida necessária, pertinente e proporcional para alcançar a finalidade do seu tratamento? **(princípio da necessidade)**
- ☐ Em suma, realiza-se um **juízo de proporcionalidade** (art. 6º, I, II, III da LGPD).



# Como os dados pessoais devem ser tratados?

## Juízo de proporcionalidade;

Finalidade.  
Adequação;  
Necessidade

**TRANSPARÊNCIA**  
(dizer o que se faz com os dados e dar livre acesso ao titular) e **LIVRE ACESSO** do titular

**SEGURANÇA:**  
utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;

**PREVENÇÃO:**  
adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais, apoiada em gestão de riscos;

**NÃO DISCRIMINAÇÃO:**  
impossibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos; maior rigor com os dados sensíveis.

# Poder Público e o tratamento de Dados

Art. 23 da LGPD. O poder público somente poderá tratar dados pessoais para o atendimento de:

**1**

**Finalidade pública,**

**2**

**Na persecução do interesse público, com o objetivo de executar as competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço público.**

# Poder Público e o tratamento de Dados

Os dados poderão ser tratados se estiverem diante de umas das opções autorizativas, em que, no âmbito do poder público, se destaca:

**1**

O fornecimento de consentimento pelo titular.

**2**

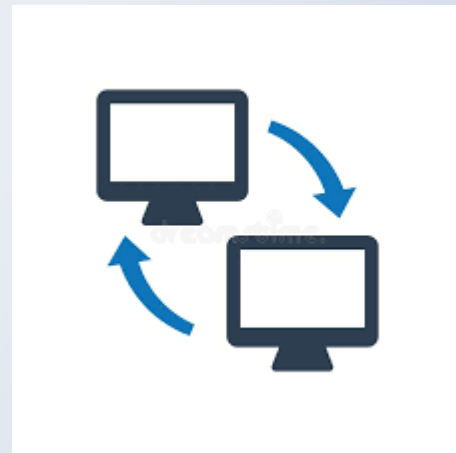
O cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador.

**3**

Na administração pública, para o tratamento e uso compartilhado de dados necessários à execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres, observadas as disposições do Capítulo IV desta Lei.

## Poder público e tratamento compartilhado de dados

- ❑ O poder público, como controlador de dados, responde pela regularidade e qualidade da gestão de dados pessoais que transfere a entidades privadas;
- ❑ A transferência de dados pessoais deve se apoiar na lei ou em contratos, e destinar-se ao fim específico que justificou a descentralização da atividade administrativa;
- ❑ A administração deve praticar *due diligence*: saber se quem receberá os dados estará em conformidade à LGPD e a boas práticas da gestão de dados pessoais.



## **Lei 13.460/17 (Código de Defesa do Usuário de Serviço Público)**

Art. 6º São direitos básicos do usuário

III - acesso e obtenção de informações relativas à sua pessoa constantes de registros ou bancos de dados, observado o disposto no inciso X do caput do art. 5º da Constituição Federal e na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;

IV - proteção de suas informações pessoais, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;

Art. 10, § 7º A identificação do requerente é informação pessoal protegida com restrição de acesso nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011

Lei 13.608/18 – art.4-B O informante tem direito à preservação de sua identidade;

# Transparência x privacidade

**Diálogo**



**Diálogo**





# A LAI, antes da LGPD, já protegia informações pessoais!

- ❑ LAI, Art. 6º Cabe aos órgãos e entidades do poder público, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, assegurar a:

III - proteção da informação sigilosa e da informação pessoal, observada a sua disponibilidade, autenticidade, integridade e eventual restrição de acesso

- ❑ Há dados pessoais que se referem à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem das pessoas. De acordo com o art. 31 da LAI, não são públicos e **têm seu acesso restrito**, independentemente de classificação de sigilo, pelo prazo máximo de 100 anos a contar da sua data de produção.

# O que fazer com dados pessoais íntimos em tratamento na administração pública?

- ❑ Consequências da restrição de acesso a informações pessoais íntimas, relacionadas à vida privada , à honra ou a imagem:
- ❑ Informações pessoais íntimas somente podem ser acessadas por terceiros: 1) com consentimento do titular; 2) no caso de previsão legal; 3) interesse público preponderante.
- ❑ Não há formula mágica para identificar informação pessoal íntima. A análise é contextual e motivada.
- ❑ Informações públicas podem ser motivadamente classificadas como sigilosas, por razões de segurança do Estado e da sociedade, ou se comprometerem atividades de inteligência, investigação e fiscalização (art. 23 da LAI)

# A boa gestão de arquivos protege os dados pessoais

- ☐ Lei mineira 19.420/11. Estabelece a política estadual de arquivos.
- ☐ Art.2º A adequada administração de arquivos pressupõe:
- ☐ promoção da transparência do poder público por meio da documentação de suas ações;
- ☐ **proteger o direito individual à privacidade** na prestação das informações contidas nos arquivos;
- ☐ a preservação da memória estadual e da nacional;

Necessidade de tabela de temporalidade, respaldada em ato normativo, para política **de eliminação e conservação de dados**, em observância ao art.16 e 26 da LGPD.

## **Passos para a boa Governança de privacidade**

- ❑ compromisso da alta administração em efetivamente assegurar boas práticas de proteção de dados;
- ❑ permanente monitoramento de riscos à privacidade, conhecendo o volume e a sensibilidade dos dados;
- ❑ gerar confiabilidade de que o tratamento de dados é realizado no interesse do titular de dados, por meio de transparência e participação;
- ❑ plano de respostas a incidentes na proteção de dados;
- ❑ difusão da cultura de proteção de dados.



**Proteger nossos dados é  
proteger  
nossas liberdades.**

**Obrigado!**

**Gustavo Terra Elias –  
gelias@tce.mg.gov.br**

